

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



POBREZA URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma reflexão a partir das políticas públicas formuladas para a cidade de São Paulo

Mariana Vieira Souza Pereira¹

RESUMO

A partir de uma perspectiva marxista de que não existe Estado neutro e que a desigualdade social está diretamente relacionada ao modo de produção capitalista, almeja-se discorrer sobre as expressões da questão social com foco na pobreza urbana, tendo como objeto de estudo as pessoas que vivem em situação de rua. Logo após, será abordado a ausência de políticas públicas eficazes para atender as demandas desta população seguido de uma análise da cidade de São Paulo, a partir do Programa Trabalho Novo e o Programa Saindo das Ruas, questionando como a atual gestão – seja ela Municipal ou Estadual - vem adotando práticas higienistas, de remoção e aporofóbicas, cujo real propósito seria atender aos interesses do capital.

Palavras-chave: desigualdade; pobreza urbana; políticas públicas

ABSTRACT

From a Marxist perspective that there is no neutral State and that social inequality is directly related to the capitalist mode of production, the aim is to discuss the expressions of the social issue with a focus on urban poverty, having as object of study the people who live on the streets. Soon after, the absence of effective public policies to meet the demands of this population will be addressed, followed by an analysis of the city of São Paulo, from the Programa Trabalho Novo and the Programa Saindo das Ruas, questioning how the current management – be it Municipal or State - has been adopting hygienist, removal and aporophobic practices, whose real purpose would be to serve the interests of capital.

Keywords: inequality; urban poverty; public policy

¹ Mestranda em Serviço Social na PUC-Rio; Pós-graduada em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais pela FMU – Faculdade Metropolitanas Unidas, Advogada; E-mail: marianavieiraspereira@yahoo.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

De acordo com matéria publicada pelo portal de notícias G1, mais de 86 mil pessoas vivem em situação de rua em São Paulo, conforme levantamento realizado a partir dos dados do cadastro único pela Universidade Federal de Minas Gerais. Somente na capital paulista são mais de 52 mil pessoas vivendo nesta situação, e ainda de acordo com a pesquisa 42% das pessoas que vivem nas ruas do país estão no estado de São Paulo.

Diante deste cenário, considerando a cidade de São Paulo a maior metrópole do país e as inúmeras denúncias de descaso com a população em situação de rua e adoção de práticas de aporofobia registradas pelo coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo – Padre Júlio Lancellotti. Este artigo busca analisar o crescente aumento da pobreza urbana na cidade de São Paulo, no período compreendido entre 2018-2023, e como os governos municipal e estadual vem respondendo a esta demanda, a partir do exame de políticas públicas, tendo como público-alvo as pessoas em situação de rua.

Destaca-se que o presente trabalho é fruto de uma pesquisa exploratória pautada na revisão bibliográfica, levantamentos de dados estatísticos e análise de dois programas voltados para as pessoas em situação de rua formulados para a cidade de São Paulo. Dessa forma, almeja-se questionar como o atual governo de São Paulo vem adotando práticas higienistas, de remoção e aporofobias de modo escuso através da implementação de políticas públicas cujo real propósito é atender os interesses do capital.

Para construir o argumento, foi utilizado o referencial teórico de abordagem marxista considerando “a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais” (MINAYO, 2016, p. 23-24), em especial tendo como base autores da geografia como Milton Santos, além dos trabalhos de Henri Lefebvre e David Harvey, na medida que trazem discussões acerca da concepção de direito à cidade no campo de estudo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



sobre o urbano, bem como as lutas dos movimentos sociais, promovendo “análises que vão desde as expressões urbanas da questão social e as políticas sociais e urbanas para seu enfrentamento, até a discussão sobre a problemática urbana (espacial) contemporânea e as práticas socioespaciais” (BRANDT, 2018, p.2).

No que tange as desigualdades experimentadas por uma parcela significativa da população e que colocam uma lupa sobre as expressões da questão social, com foco na pobreza urbana, o intuito é demonstrar que a questão social tem sido interpretada como produto da desigualdade. Nas palavras de Octavio Ianni:

Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. (...) No curso dessa história, forma-se grupos e classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Desenvolvem-se reivindicações, greves, protestos, revoltas. Simultaneamente há uma luta aberta e surda pela cidadania. (IANNI, 1989, p. 147)

Para discutir sobre a ausência de políticas públicas eficazes para a população em situação de rua foi utilizado um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados demonstrando que faltam políticas públicas para a população em situação de rua, dando destaque a invisibilidade desta população para o poder público. Sendo consultados ainda os autores Ana Cláudia Capella e Howlett, Ramesh, Perl que vão trazer embasamento teórico sobre o tema das políticas públicas e sua formação na agenda governamental.

Por fim, para analisar a formulação de políticas públicas para a cidade de São Paulo foram selecionados dois programas - Programa Trabalho Novo e Programa Saindo das Ruas - através dos quais será feito um breve estudo destacando os principais pontos das iniciativas apresentadas e questionando a sua verdadeira finalidade.

2 DESENVOLVIMENTO

Para iniciar o debate acerca da questão social é importante mencionar que sua gênese se encontra no desenvolvimento do capitalismo, pautada na relação capital/trabalho, conforme afirmou José Paulo Netto (NETTO, 2001), tendo como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

base dos seus estudos a teoria social de Marx que apresentava uma visão crítica dos desdobramentos sócio-políticos da sociedade burguesa.

Ainda hoje, as expressões da questão social estão fundadas a partir da produção e distribuição de riquezas, integrando o movimento da própria sociedade capitalista. Sendo traduzidas pela erosão dos sistemas de proteção social, pela fragilidade das relações sociais e pela incerteza de intervenções nas demandas apresentadas por parte do Estado. Ou seja, “a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social” (IANNI, 1989, p. 147).

2.1 Pobreza urbana como expressão da questão social

É possível compreender a pobreza como sendo uma expressão da questão social. Ao refletir sobre o fenômeno da pobreza e da desigualdade no seio das sociedades capitalistas Montañó apresenta a pobreza como sendo “o resultado da acumulação privada de capital, mediante a exploração (da mais-valia), na relação entre capital trabalho” (MONTAÑO, 2012, p.279).

Neste sentido, podemos afirmar que no Brasil vivenciamos um “dualismo social” (IANNI, 1989), em que o crescimento do capital e do poder estatal estão intimamente ligados a exploração dos trabalhadores e a pauperização deste grupo. Em suma, “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (IANNI, 1989, p.154), uma vez que, a partir da divisão social do trabalho, ocorre também o desenvolvimento das classes sociais e múltiplas manifestações de problemas sociais, estando o trabalho no centro da questão social.

O progresso do capital se beneficia das condições adversas que os trabalhadores são obrigados a produzir. Destaca-se que no mundo capitalista a perspectiva adotada para se analisar o conceito de pobreza e exclusão social, fruto das crescentes desigualdades sociais, está pautada na ótica do mercado, e o capital

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

não possui nenhuma espécie de compromisso com as demandas sociais, conforme restou demonstrado através da globalização e do neoliberalismo.

Corroborando este entendimento, é válido mencionar a afirmação de Milton Santos:

A definição da pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 2013, p. 18)

Portanto, “é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo. A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria” (SANTOS, 2013, p.18 apud BACHELARD, 1972). Por esta razão, não é suficiente apenas medir a pobreza. É indispensável expor a natureza política da pobreza.

Dito isto, a seguir abordaremos a pobreza tendo como objeto de estudo as pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, analisando o cenário histórico-político no período proposto, além de apresentar pesquisas estatísticas.

Em uma tentativa de explicar a pobreza urbana é possível afirmar, segundo Milton Santos (2013), que as raízes dessa “crise urbana” têm seu cerne no sistema mundial. Logo, o capitalismo dependente vivenciado no Brasil, a globalização e o avanço de políticas neoliberais no país, com investimento mínimo na área social, priorizando a economia, agudizam as expressões da questão social, entre estas a pobreza.

Ressalta-se ainda, que no período de análise, o mundo passou pela crise sanitária da COVID, sendo o Brasil considerado um dos países mais afetados pela pandemia.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Brasil durante o ano de 2020 foram registrados cerca de 12 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza e cerca de 61 milhões vivendo em situação de pobreza no país. Por sua vez, o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) divulgou em 2022 um estudo sobre a população em situação de rua no Brasil apontando um crescimento de 38% desta população entre 2019 e 2022, atingindo 281.472 pessoas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nesta condição. Por sua vez, o Censo 2021 PopRua da cidade de São Paulo aponta que 31.884 pessoas se encontram nesta condição, com crescimento de 31% em comparação ao ano de 2019.

De acordo com os pesquisadores do LabCidades, este fenômeno de pessoas tendo as ruas de São Paulo como seu local de moradia possui relação com o contexto que estamos vivenciando no Brasil de recessão econômica, intensificada pela pandemia; crescimento do desemprego; aumento da pobreza e a crise da moradia.

Com isto, deve ser fomentado ainda discussões sobre o direito à cidade no campo do estudo urbano. Conforme noticiado pelo InstitutoPólis, o geógrafo David Harvey afirmou que “a luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capitalismo”, uma vez que é possível identificar uma estreita relação entre o avanço do capital e a construção das cidades em detrimento das pessoas.

Observando o processo histórico em que estamos submetidos, é possível verificar que a partir de década de 70, o avanço do neoliberalismo provocou inúmeras baixas salariais que por sua vez escavaram este processo de inibição do direito à cidade de forma igualitária para todos. Diante deste cenário, é possível compreender a pobreza urbana como reflexo desta crise urbana que estamos vivenciando em decorrência do fortalecimento do capitalismo e originária na crescente mercantilização das cidades.

Corroborando com este entendimento, Milton Santos destaca que:

O problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas grandes razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge todos os países, embora em particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato que a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, da expansão da pobreza, mesmo que se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país. (SANTOS, 2013, p.9)

Sendo assim, e concordando com Milton Santos (SANTOS, 2013), também compreendemos urbanização e pobreza como dois fenômenos profundamente conectados. Logo, a pobreza urbana deve ser entendida como um duplo problema – científico e político.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Assim, o espaço das cidades pode ser compreendido ainda como objeto de negociação social que nas palavras de Carlos Fortuna citando Lefebvre “o espaço urbano é, manifestamente uma construção social, fruto de práticas sociais e de decisões políticas tecidas pelas histórias dos lugares.” (FORTUNA, 2002, p. 9)

Devendo ser registrado, ainda, o princípio da função social da cidade, disposto na Constituição Federativa do Brasil, que estabelece que a política de desenvolvimento urbano possui como finalidade ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, sem distinção, contribuindo para a construção de uma cidade justa, reduzindo as desigualdades e promovendo o gozo pela cidade por todos os cidadãos.

Entretanto, as políticas públicas que podem ser compreendidas como um instrumento de resposta do Estado a questão social, não estão cumprindo sua função tendo em vista a ausência de políticas públicas capazes de atender as demandas da população em situação de rua no Brasil conforme restou demonstrado através do estudo realizado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Conforme salientou a consultora Symone Bonfim, a pesquisa demonstrou a “invisibilidade desta população para o Poder Público”, ressaltando ainda que “a pandemia da COVID agravou a situação deste segmento”.

2.2 Ausência de políticas públicas eficazes – uma breve reflexão a partir das políticas públicas formuladas para a cidade de São Paulo

Para o objeto de estudo deste artigo – pobreza urbana – vamos nos deter em analisar a redução da pobreza e da desigualdade a partir das políticas públicas e sua formação na agenda governamental da cidade de São Paulo.

Para tanto, entender o conceito de políticas públicas e como se dá sua formação na agenda do governo é fundamental antes de adentrarmos no estudo dos programas selecionados. Assim, políticas públicas podem ser compreendidas como o conjunto de medidas criadas pelos governos para assegurar a população, de modo geral os direitos previstos na Constituição Federal e nas legislações específicas,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

exercendo impacto direto na vida das pessoas. Ou seja, sua finalidade é apresentar alternativas para resolver questões coletivas que foram identificadas dentro de uma determinada sociedade e que ferem direitos fundamentais constitucionalmente instituídos.

Logo, “numerosas definições de ‘políticas públicas’ tentam captar a ideia de que policy-making é um processo técnico-político que visa definir e compatibilizar objetivos e meios entre atores sociais sujeitos a restrições”. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.6).

As fases de um projeto desta natureza são denominadas “ciclos de políticas públicas” iniciados com a identificação do problema – direito violado – passando pela formação de agenda até a sua implementação. No entanto, cumpre registrar que existem alguns modelos teóricos capazes de auxiliar na compreensão do processo de formulação de políticas públicas, entre eles destaca-se o ‘agenda-setting’ – processo de formação da agenda de políticas governamentais. Este processo busca “investigar de que forma uma questão específica se torna importante num determinado momento, chamando a atenção do governo e passando a integrar sua agenda”. (CAPELLA, 2006, p. 25)

Fato é que as políticas públicas de governo variam conforme a liderança que esteja ocupando o cargo executivo no momento de sua formulação e execução, uma vez que cada governo possui seus próprios projetos, podendo estes serem transformados em política de interesse público ou não.

Realizando uma pesquisa rápida nas propostas apresentadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, tanto do governo como da prefeitura de São Paulo, é possível constatar que não existe uma real preocupação em promover mudanças na realidade da vida das pessoas em situação de rua.

As alternativas apresentadas são restritas a intervenções limitadas por meio de soluções reformistas que no máximo conseguem amenizar as necessidades expostas. Deste modo, o que temos visto é a implementação de políticas como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



estratégia para “administrar” uma parcela da população – os marginalizados, que vivem em situação de vulnerabilidade social, ocultando a sua verdadeira finalidade.

Assim, para realizar uma sucinta reflexão a partir das políticas públicas formuladas para a cidade de São Paulo foram selecionados dois programas apresentados pelos governos de São Paulo – Municipal e Estadual – que visam atender demandas da população em situação de rua. Iniciaremos pelo Programa Trabalho Novo, instituído pela Prefeitura de São Paulo, no ano de 2018, através do Decreto 58.330 destinado a promover a empregabilidade das pessoas em situação de rua.

Deste modo, analisando a letra fria da legislação, a proposta parece muito interessante, mas na prática é ineficiente, uma vez que para sua formulação não foi levado em consideração a principal característica das pessoas em situação de rua, qual seja, ser um grupo heterogêneo, exigindo, portanto, respostas plurais e intersetoriais. É válido lembrar, que ao longo da história, a atuação do poder público junto à população em situação de rua é orientada por ações assistencialistas, com atendimentos de caráter temporário que não contribui para o desenvolvimento de sua autonomia.

Para exemplificar as afirmações formuladas acima, destacaremos alguns indicadores da última pesquisa censitária referente população em situação de rua realizada pela Prefeitura de São Paulo – após implementação do Programa Trabalho Novo – que demonstram: o aumento do número de pessoas em situação de rua, a mudança no perfil das pessoas nesta situação, pois cresce o número de mulheres e crianças residindo nas ruas, além de demonstrar que 28,7% desta população estão residindo nas ruas no período compreendido entre 02-05 anos.

Em ato contínuo, analisaremos a proposta apresentada pelo Programa Saindo das Ruas, que de acordo com notícias publicadas em maio de 2023, será lançado nos próximos dias pelo governo Tarcísio de Freitas. Trata-se de um programa de políticas públicas para pessoas em situação de rua em São Paulo, desenhado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, com objetivo de enviar pessoas em situação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de rua para o interior do Estado sob a alegação que irá incentivar os produtores rurais a contratarem essas pessoas e como contrapartida promete comprar o que for produzido. Uma espécie de versão estendida do Programa Trabalho Novo.

No entanto, o programa ainda carece de esclarecimentos como apresentação de um estudo prévio que demonstre sua viabilidade, assim como apresentação e discussão da proposta com a Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) ou com os movimentos que representem a população em situação de rua.

Em entrevista ao portal de notícias G1, Fernanda Balera, coordenadora-auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública, e o Padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua, apresentam algumas críticas a proposta como ausência de fiscalização, informações sobre capacitação dos trabalhadores, remuneração e condições de trabalho oferecendo risco de trabalho análogo a escravidão. Considerando ainda que o programa promove uma política de exclusão que ofende o direito constitucional à liberdade, estando em desacordo com a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua.

Em síntese, ambos os programas apresentados desconsideram a pluralidade da população em situação de rua e não estão dispostos a apresentar respostas as demandas deste grupo, que representa a expressão radical da pobreza e das desigualdades socioeconômicas em nosso país.

Destaca-se que o principal objetivo das políticas públicas é combater a desigualdade e não contribuir para o alargamento do abismo entre o constituído – disposto na Constituição Federal e leis ordinárias – e o que se observa na realidade da maioria esmagadora da sociedade, especialmente da população trabalhadora e pobre. Vale ressaltar que ter o direito positivado na legislação é uma grande conquista, mas que por si só não garante a concretização destes direitos. É necessário mecanismos que viabilizem o acesso como, por exemplo, aos direitos sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



No entanto, a conclusão alcançada através da análise dos programas selecionados no presente artigo, é que a implementação de políticas públicas eficazes para a população em situação de rua nunca foi uma prioridade dos governos de São Paulo, uma vez que as respostas destes são sempre reformistas, incapazes de gerar transformação, além de apresentarem uma gestão que visa combater os pobres e não a pobreza, tendo como marcas a adoção de práticas higienistas, de remoção e aporofobias para atender as solicitações da classe dominante e a expansão da cidade para alcançar as exigências do capital.

Por esta razão, Marx censura qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no interior do capitalismo, sendo necessário e fundamental a implementação de políticas públicas que visem promover a emancipação humana.

Assim, o que temos visto na cidade de São Paulo, é a utilização de políticas públicas de modo maquiado para atender aos interesses do capital, indo em desacordo com sua finalidade primária de assegurar determinados direitos à população, em especial a sua parcela mais vulnerável que vive em situação de risco pessoal e social. Sendo possível verificar ainda, através dos fatos apresentados, que os impactos inerentes a crise urbana e financeira hoje muito embora recaia sobre a população mais pobre, paradoxalmente, os recursos públicos são destinados a salvar o sistema financeiro, prevalecendo a intervenção mínima do Estado na garantia dos direitos sociais profundamente prejudicados pelos efeitos da crise.

3 CONCLUSÃO

O processo histórico da formação do Brasil demonstra ser este um país de contrastes, pois ao mesmo tempo que possui inúmeras riquezas naturais e culturais que poderiam contribuir para o seu desenvolvimento, tem todas estas riquezas e bens produzidos socialmente concentrados nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Sendo as desigualdades produzidas a partir de um modo de produção pautado na exploração e na alienação da força de trabalho da grande parte da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



população, tendo como consequência a expansão do capitalismo e a degeneração dos salários, decorrentes do pauperismo e da espoliação urbana.

Assim, partindo da premissa de que as desigualdades sociais estão atreladas ao avanço do capitalismo, é possível compreender a questão social como um copilado das desigualdades, sendo a pobreza urbana uma de suas expressões.

Deste modo, o presente artigo buscou analisar os aspectos da pobreza vinculados a urbanização, a partir das demandas apresentadas pela população em situação de rua – fenômeno social fundamentalmente urbano - exemplificando através da análise das políticas públicas formuladas para a cidade de São Paulo, como os governantes têm apresentado soluções para esta demanda.

Por conseguinte, é importante destacar que todos os desafios observados através das expressões da questão social estão relacionados a ausência de políticas públicas eficazes para o atendimento das necessidades da população mais vulnerável. É preciso abordar a questão da desigualdade social de modo claro, visando seu enfrentamento e não apenas a administração do problema.

Ressalta-se, que muito embora a Constituição Federal reze que a garantia dos direitos deve ser um meio para superação das desigualdades, as políticas públicas estão sendo formuladas e implementadas de modo maquiado visando atender os interesses do capital como por exemplo, o Programa Trabalho Novo e Programa Saindo das Ruas que foram analisados no presente artigo. Políticas higienistas e aporofóbicas junto a população em situação de rua estão sendo implementadas pelo Município e Estado de São Paulo, com objetivo de separar a sociedade em classes sociais confinando os diferentes em guetos.

A implementação de políticas públicas efetivas e que visem atender as necessidades das pessoas em situação de rua, que vem crescendo nos últimos anos no Brasil, são importantes para promover a garantia dos direitos fundamentais e humanos deste grupo, devendo integrar de fato a agenda governamental contribuindo para a diminuição das desigualdades, promoção da cidadania e do exercício ilimitado ao direito à cidade por todas as pessoas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Por fim, deve ser considerado que a ausência de medidas sociais protetivas para as pessoas em situação de rua como moradia, saúde, trabalho poderá ocasionar uma catástrofe social ainda maior do que a que vivenciamos hoje, com centenas de milhares de pessoas vivendo nesta situação, tendo nas ruas e nos espaços públicos o seu único local de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDT, Daniele Batista. **O Direito à cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br>

CAPELLA, Ana Cláudia. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas.** In: Revista BIB, N. 61, 2006.

FORTUNA, Carlos, **Apresentação in Lefebvre, Henri, Direito à Cidade,** Editora Letra livre, Lisboa, 2002.

HOWLETT, M; RAMESH, M.; PERL, A. **Introdução: por que estudar política pública? In: Política Pública: seus ciclos e subsistemas (uma abordagem integradora),** Tradução da 3ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013 (págs. 3-12)

IANNI, Otavio. **A questão Social.** Revista USP. 1989. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade/** Maria Cecília de Souza Minayo (org.); Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MONTAÑO. Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** Serviço Social e Sociedade 110, SP. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a04n110.pdf>

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social.** Temporalis. Brasília, v. 2, n. 3, 2001. p. 41-61. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana/ com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala.** – 3.ed.,1.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

LINKS CONSULTADOS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estaria em situação de pobreza.** Dezembro, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza> (acessado em 04/06/2023)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil.** Dezembro, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil> (acessado em 12/05/2023)

CENSO 2021. **População em situação de rua.** São Paulo, dezembro, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZWE4MTE5MGltZjRmMi00ZTcyLTgxOTMtMjc3MDAwMDMONGI5IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTU0NDZIYS1iImE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9> (acessado em 12/05/2023)

ROLNIK, Raquel e MARINO, Aluizio. **Explosão da população em situação de rua e os desafios da emergência habitacional.** São Paulo, abril, 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/explosao-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-os-desafios-da-emergencia-habitacional/> (acessado em 12/05/2023)

INSTITUTO PÓLIS. **David Harvey: a luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capitalismo.** São Paulo, fevereiro, 2009. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/david-harvey-a-luta-pelo-direito-a-cidade-e-uma-luta-contra-o-capitalismo/> (acessado em 04/06/2013)

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estudos mostram quem faltam políticas para a população de rua.** Novembro, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/923018-estudo-mostra-que-faltam-politicas-para-populacao-de-rua/> (acessado em 04/06/2023)

DECRETO Nº 58.330/2018. **Programa Trabalho Novo no Município de São Paulo.** São Paulo, julho, 2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58330-de-20-de-julho-de-2018/consolidado> (acessado em 16/05/2023)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



LEI nº 16.544/2017. **Política Estadual de Atenção Específica a População em situação de Rua no Estado de São Paulo.** São Paulo, outubro, 2017. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2017/lei-16544-06.10.2017.html> (acessado em 16/05/2023)

GLOBONEWS E G1. **Estado de SP tem mais de 86 mil pessoas em situação de rua, aponta levantamento.** São Paulo, abril, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/24/estado-de-sp-tem-mais-de-86-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-levantamento.ghtml> (acessado em 16/05/2023)

CANAL RURAL. **Governador de SP quer enviar moradores de rua para trabalhar com agro no interior.** São Paulo, abril, 2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/politica/governo-de-sp-quer-enviar-moradores-de-rua-para-trabalhar-com-agro-no-interior/> (acessado em 16/05/2023)

SP2 E G1. **Governador de SP quer mandar moradores de rua para o interior do Estado.** São Paulo, abril, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/12/governo-de-sp-quer-mandar-moradores-de-rua-da-capital-para-o-interior.ghtml> (acessado em 16/05/2023)

PROMOÇÃO



APOIO

